

## Portugal na Primeira Guerra Mundial: A Força da Inevitabilidade

José Filipe Pinto\*

### *Resumo*

O final do século XIX, sobretudo depois da Conferência de Berlim de 1885, assistiu a uma corrida dos Europeus em direção às riquezas existentes em África. Numa conjuntura em que os acordos secretos faziam parte do quotidiano diplomático, as possessões portuguesas nesse continente, designadamente Angola e Moçambique, chegaram a ser partilhadas pela Inglaterra e pela Alemanha. Este artigo procura mostrar que a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial era inevitável, uma vez que só essa participação poderia garantir a manutenção do Império Português.

Mostra, igualmente, que as alianças funcionam de acordo com os interesses do elo mais forte, num claro desrespeito pelo conceito de soberania teorizado por Bodin.

*Palavras-chave:* Primeira Guerra Mundial, Império Português, acordos secretos, ultimato

---

\* Professor Catedrático e Subdiretor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Subdiretor da ResPublica. Subdiretor do CICPRIS

José Filipe Pinto

16     *Abstract*

At the end of the 19<sup>th</sup> century, especially after the Conference of Berlin in 1885, a race of Europeans toward the existing wealth in Africa could be seen. In such situation, in which the secret agreements were part of the diplomatic everyday life, the Portuguese possessions in the continent, including Angola and Mozambique, came to be shared by England and Germany.

This article seeks to show that the entrance of Portugal in the First World War was inevitable, since only such participation would be able to ensure the maintenance of the Portuguese Empire.

It also shows that the international alliances operate in accordance with the interests of the strongest link in a deep disrespect for the concept of sovereignty as it was created by Bodin.

*Keywords:* First World War, Portuguese Empire, secret agreements, ultimatum

*Nós não temos aliados eternos nem inimigos perpétuos.  
Nossos interesses é que são eternos e perpétuos,  
e nosso dever está em perseguir esses interesses*  
Henry Palmerston

O texto transcrito sintetiza na perfeição a história da aliança celebrada entre Portugal e a Inglaterra no longínquo século XIV. Uma aliança antiga, mas que só se manteve através de cedências da parte portuguesa sempre que os ingleses consideraram que os seus interesses estavam em perigo.

Uma constatação a fazer lembrar a conceção de justiça como conveniência do mais forte, defendida por Trasímaco na *República*, ou os conselhos dados por Maquiavel a Lourenço de Médicis no sentido da aquisição e captura do Poder.

Por isso, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, em 9 de março de 1916, devido ao apresamento a pedido inglês dos 72 barcos alemães e austro-húngaros ancorados em portos portugueses, foi a manutenção da aliança a justificar a entrada portuguesa num conflito europeu pelas motivações e mundial pelas repercussões.

A leitura da declaração de guerra por parte da Alemanha não deixa dúvidas sobre o facto de o arrear da bandeira alemã e a colocação da «bandeira portuguesa com flâmula de guerra» (MNE, 1977: 350) representar apenas o acender de um rasilho há muito colocado, «desde o começo da guerra», designadamente «a passagem de tropas inglesas por Moçambique» (MNE, 1977: 348) em quatro ocasiões.

Conflito em que, na fase inicial, Portugal, «salvo exigência inglesa, invocada em vista de tratados», estaria na disposição de «manter a neutralidade»<sup>1</sup> (MNE, 1977: 14), uma decisão que a Grã-Bretanha considerou precipitada ao ponto de dizer que «would be satisfied if the Portuguese Government refrained from proclaiming neutrality»<sup>2</sup> (MNE, 1977: 17).

1. Foi este o conteúdo do telegrama enviado por Freire de Andrade para os Ministros de Portugal em Paris e em Berlim no dia 2 de agosto de 1914.
2. Cópia do telegrama enviado por E. Grey a Carnegie em 4 de agosto de 1914.

18 Não admirou, por isso, que, na sequência da declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal, tivesse sido o Governo inglês a convidar formalmente Portugal a participar ativamente nas ações levadas a cabo pelos aliados, convindo dizer que Portugal já estava, efetivamente e sem necessidade de declaração, envolvido na guerra, embora apenas no palco africano<sup>3</sup>.

Um convite feito em 15 de junho de 1916, malgrado a falta de unanimidade no Governo inglês sobre a questão, designadamente entre o Ministro da Guerra e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em tempo de conflito vingou a posição do War Office, até porque também a França sentia a necessidade de contar com o exército português nas suas frentes de batalha.

Convite que trazia implícita uma inferioridade porque, através de uma convenção celebrada em 3 de janeiro de 1917, o Corpo Expedicionário Português (CEP) ficou subordinado à British Expeditionary Force (BEF).

Como a França era o principal palco de guerra na frente ocidental, o general Gomes da Costa saiu do Tejo à frente da 1.<sup>a</sup> Brigada do CEP em 30 de janeiro de 1917 e, em 2 de fevereiro, desembarcou em Brest, a cidade da chuva. Um mau prenúncio para a tempestade de mortos e feridos decorrente de uma guerra de trincheiras noutros pontos, na Flandre, onde o CEP, reforçado por um segundo contingente enviado em 23 de fevereiro, seria praticamente consumido, especialmente na batalha do Lys, no mês de abril de 1918.

Ainda neste ponto e como forma de aquilatar o nível de apetrechamento militar, convirá dizer que as tropas portuguesas foram transportadas a bordo de três vapores ingleses. Uma realidade estranha para um país que levou as caravelas e as naus a mares nunca de antes navegados pelos ocidentais, incluindo os ingleses.

---

3. Portugal teve de defender Angola e Moçambique da ameaça alemã logo desde 1914. Na declaração de guerra entregue por Friedrich von Rosen ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, essa foi uma das múltiplas razões invocadas pela Alemanha. No texto podia ler-se o seguinte: «Além disso, foram enviadas expedições á África, e foi dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha» (Documento n.º 415, datado de 9 de março de 1916, e que consta na página 349 da obra *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomo I. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Se no âmbito dos recursos humanos tinha sido possível o «milagre de Tancos»<sup>4</sup>, o mesmo não aconteceu relativamente ao transporte marítimo.

Afinal, um barco demora mais tempo a fazer do que um soldado.

Porém, essa é temática que não cabe neste artigo. Uma reflexão destinada a mostrar que a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial não dependeu da vontade própria. Decorreu da existência de uma aliança e foi exigida como moeda de troca para a manutenção do Império Colonial na fase posterior ao conflito.

Uma narrativa que se insere numa conjuntura marcada pelo desejo, feita necessidade, de uma ocupação efetiva de África pela Europa da vertente ocidental. Era a revolução industrial a exigir matérias-primas e mercados, ainda que incipientes.

Por isso, como Teixeira (1987: 690) afirma, «em 1876, na Conferência de Bruxelas, ouvem-se as primeiras críticas aos direitos históricos portugueses e a década que se prolonga até 1884 assiste ao emergir de um novo princípio diplomático o princípio da ocupação efetiva», que seria assumido na Conferência de Berlim, convocada pelo chanceler Bismarck e com início no dia 15 de novembro de 1884.

Uma narrativa com vários momentos-chave. O primeiro dos quais passou pela possibilidade séria do quebrar da aliança luso-britânica.

É por esse ponto que o estudo se inicia.

## 1. O Ultimato Inglês de 1890

Três questões iniciais se colocam relativamente a este diferendo.

A primeira, historicamente contextualizante, para dar conta da «fluidade e a incerteza dos alinhamentos das potências europeias» (Ramos, 2011: 82), na fase que correspondeu ao fim do regime monárquico em Portugal.

A segunda questão tem a ver com a razão de considerar como ultimato um documento apresentado como memorando, sendo que a

---

4. O polígono militar de Tancos foi transformado, no curto espaço de três meses, no local de preparação dos vinte mil membros do CEP.

20 razão se prende com os termos a que o memorando recorre<sup>5</sup> e que levaram Marcello Caetano, em 1971, a defender que se tratava formalmente de um memorando, mas materialmente de um ultimato.

A terceira questão prende-se com uma dúvida resultante de uma situação algo estranha e que pode ser colocada da seguinte forma: «por que razão o governo progressista de 1886-1890, e sobretudo o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, se meteu em tão grande sarilho: reivindicar uma enorme porção de África que os Ingleses também cobiçavam e depois provocá-los enviando expedições para ocupar esses territórios» (Ramos, 1998: 117).

Como Patrício (2013: 11375) refere, Portugal sabia «da ameaça específica que a Inglaterra representava. Daí a aproximação delicada a esta, visando a conclusão de tratados que pudessem garantir os direitos históricos invocados por Portugal». Por isso os vários acordos celebrados entre os dois países — 26 de fevereiro de 1878, 30 de maio de 1879 e 26 de fevereiro de 1884 — sobre vários locais: Índias portuguesa e britânica, Lourenço Marques e a margem direita do rio Zaire.

Como se constata, a velha aliança não era suficiente. Havia que ter em conta a forma como a conjuntura estava a evoluir e tratar os diferendos caso a caso.

De facto, o Ultimatum inglês foi consequência direta da Conferência de Berlim e do Mapa Cor-de-Rosa de 1886, só possível pela assinatura de dois acordos tendo como signatário comum Portugal: a convenção

---

5. O texto do *memorandum* é o seguinte: «O governo de Sua Magestade não pôde aceitar como satisfactorias ou suficientes as seguranças dadas pelo governo portuguez taes como ele as interpreta. O consul interino de Sua Magestade em Moçambique telegraphou, citando o proprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda occupando o Chire, e que Katunga e outros logares mais no territorio dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de Sua Magestade deseja e em que insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instrucções telegraphicas immediatas, para que todas e quaesquer forças militares portuguezas atualmente no Chire e nos paizes dos makololos e machonas se retirem. O governo de sua Magestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusórias. Mr. Petre ver-se-há obrigado, á vista das suas instrucções, a deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfactoria á precedente intimação não for por elle recebida esta tarde; e o navio de Sua Magestade Enchantress está em Vigo esperando as suas ordens». A citação do texto do memorandum foi feita a partir da página 22 do *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 4, de 13 de janeiro de 1890.

luso-alemã de 30 de dezembro de 1886<sup>6</sup> e o acordo luso-francês de 13 de maio de 1886.

No entanto, o projeto de uma África Meridional Portuguesa estava condenado à nascerça, uma vez que Portugal não teve na devida conta os interesses da Inglaterra na área. O célebre projeto de Cecil Rhodes de unir o Cairo ao Cabo, até porque desde 1889 que a British South Africa Company tinha personalidade jurídica e poderes majestáticos concedidos pela coroa inglesa. Por isso, como já foi referido (ver nota 5), em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês enviou um *memorandum* a exigir «que se enviem instruções telegraphicas immediatas, para que todas e quaesquer forças militares portuguesas atualmente no Chire e nos paizes dos makololos e dos mashonas se retirem»<sup>7</sup>.

Era a resposta inglesa à ocupação militar portuguesa dessa área, designadamente da região dos Macololos que, depois de inicialmente vencidos por Serpa Pinto, se revoltaram, mas foram submetidos por João de Azevedo Coutinho.

Resposta que era acompanhada da ameaça do abandono de Portugal por parte de Glynn Petre e de toda a legação inglesa em Lisboa, caso não fossem aceites as condições do memorandum. Para o efeito, já se encontrava de prevenção em Vigo o navio inglês *Enchantress*.

A desproporção de forças, mais do que a antiguidade da aliança, desaconselhou a resistência até porque a armada inglesa já tinha tomado posição em pontos estratégicos de África. A resposta foi quase imediata. Rápida como a informação telegráfica que os ingleses impuseram como meio de comunicação entre Lisboa e Moçambique.

O rei D. Carlos, depois de ouvir o Conselho de Estado, privilegiou a manutenção da aliança e ordenou ao Governo-Geral de Moçambique que procedesse de acordo com as ordens recebidas de Inglaterra, embora o comunicado fizesse questão de ressaltar «por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do

6. O mapa cor-de-rosa já figurava como anexo dessa convenção que definia «as fronteiras Sul de Angola e, a partir da instalação de Berlim em Zanzibar, abarcaram também a fronteira Norte de Moçambique» (Garcia, 2001: 10).

7. Cf. *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 4, de 13 de janeiro de 1890, p. 22.

- 22 Ato Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem»<sup>8</sup>.

Era a retórica da impotência. De nada valia a D. Carlos a circunstância de ser familiar de vários reis europeus, inclusivamente da rainha inglesa.

Uma decisão que contribuiu para diminuir o apoio à monarquia, como ficou patente nas várias manifestações, embora Ramos (1998: 117) refira que «exceto uma meia dúzia de *Kamikazes* dos cafés de Lisboa, nunca ninguém censurou o Governo por não ter resistido ao Ultimato. Aquilo que nunca se lhe perdoou foi não o ter evitado». Situação que «marcou uma geração, toda ela convertida, salvo raras exceções, ao nacionalismo imperial ( ), o reverso da crise do *ultimatum*; era sobretudo a sacralização do império. Que aí encontra o seu verdadeiro mito fundador» (Alexandre, 1998: 132).

No entanto, a rua e os gabinetes assistiam a manifestações contraditórias.

Na rua, em Lisboa, «um milhar de pessoas ( ) apedrejou as janelas da casa do ministro dos Negócios Estrangeiros. Era a primeira vez que a população ameaçava membros do Governo, desde os boatos sobre as causas da morte de D. Pedro V» (Ramos, 1998: 40). Ao mesmo tempo, crescia o repúdio popular face a tudo o que fosse inglês e era lançada uma Grande Subscrição Nacional destinada à compra de navios de guerra.

Em oposição ao bulício nacionalista da rua, no recato dos gabinetes, a Diplomacia tentava encontrar uma solução para o diferendo.

A questão poderia ter sido resolvida através do Tratado de 20 de agosto de 1890, mas tal não aconteceu, como se verá de seguida.

## 2. O Tratado de 20 de Agosto de 1890

A reação ao Ultimatum não implicou que, a nível oficial, Portugal e a Inglaterra tentassem passar a escrito uma solução para o problema. Daí a celebração do Tratado de 20 de agosto de 1890, um documento que teve um parto difícil.

Na verdade, apesar dos esforços diplomáticos de Barjona de Freitas que seriam reconhecidos por Hintze Ribeiro, chefe do governo

8. Cf. *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 4, de 13 de janeiro de 1890, p. 22.

regenerador o representante português sabia que a Inglaterra não se mostrava disposta a grandes concessões, apesar de, na década de 1890, «não representar mais do que 12,8 por cento dos investimentos efetivos na dívida externa portuguesa, quase toda nas mãos de franceses e alemães» (Ramos, 201: 83).

De acordo com Rodrigues (2000: 235), em termos territoriais, este tratado serviu para delimitar «as possessões portuguesas ao norte do Zambeze». Além disso, acentuou «a liberdade recíproca de navegação e comércio nos rios, lagos, canais e portos marginais no interior» e declarou «inteiramente livre, para os navios de todas as nações, a navegação no Zambeze, Chire e seus afluentes».

O autor faz uma avaliação muito negativa dos termos acordados, uma vez que se confirmava «a perda de tudo o que Portugal já tinha sido obrigado a abandonar pelo Ultimatum, como ainda se abria mão de territórios não contestados ao norte e ao sul do Zambeze».

Diferente é a interpretação de Patrício (2013: 11395) para quem «o Tratado de 20 de agosto de 1890 acaba por consagrar uma versão relativamente favorável aos interesses portugueses (atendendo à conjuntura hostil)».

No entanto, não foi essa a opinião geral porque quando a imprensa portuguesa que flagelava o Governo regenerador publicou o tratado, no dia 20 de agosto, as críticas choveram.

Esse tratado ainda seria publicado no *Diário do Governo* de 30 de agosto, mas na reabertura da sessão legislativa, em 15 de setembro, o governo caiu sem que o tratado fosse ratificado<sup>9</sup>.

9. Na leitura de Patrício (2013: 11395-11396), «Em linhas gerais, o Tratado de 20 de agosto pode ser definido nos seguintes termos: 1) Reconhecimento da soberania britânica sobre toda a região do Chire até ao Zambeze (art. V.º e art. VI.º, ex vi art. II.º), contra o reconhecimento da soberania portuguesa no planalto de Manica (art. II.º), da esfera de influência a sul da baía de Lourenço Marques (art. III.º) e de uma extensa parte de Angola (art. IV.º); 2) Autorização para Portugal construir estradas e caminhos de ferro e instalar linhas telegráficas nos territórios ao norte do Zambeze reservados à influência britânica, contra igual direito concedido à Inglaterra, numa faixa de 10 milhas inglesas ao sul do Zambeze (art. XI.º; ver também art. XV.º); 3) Liberdade de navegação no Zambeze e no Chire (art. XII.º e XIII.º) e liberdade de trânsito de mercadorias entre a zona de influência britânica e o porto da Beira (art. XIV.º); 4) Obrigação de Portugal não alienar os territórios que lhe eram reconhecidos pelo Tratado sem o prévio consentimento do governo britânico (art. II.º, in fine); 5) Reconhecimento em todos os territórios africanos de Portugal e da Grã-Bretanha do livre exercício de culto e ensino religioso (art. X.º); 6) Consagração de disposição que remete controvérsias para arbitragem (art. XVI.º)».

24 Foi uma sessão muito agitada porque «as galerias estavam cheias de provocadores» e «ao Parlamento tinham chegado 135 representações contra o tratado», sem contar que «as lojas de Lisboa estavam fechadas, em sinais de revolta» e que também «havia fábricas fechadas» (Ramos, 1998: 121).

Com tantos protestos, não era apenas o acordo que não tinha condições para ser ratificado. Era o Governo que não podia continuar em funções. Por isso caiu. Quanto à queda da Monarquia estava mais demorada, como mostrou o fracasso da revolta republicana de 31 de janeiro de 1891 no Porto, uma cidade onde o Ultimato tinha sido sentido «como desgraça nacional, constituindo objeto de manifestações luto-sas» porque «a existência de uma antiga colónia inglesa era de molde a ferir mais intensamente o brio dos cidadãos» (Serrão, 1995: 34).

Seria necessário quase um ano para que novo tratado luso-britânico viesse a ser firmado. Um período aproveitado pelos ingleses para passarem «à ofensiva em Moçambique, prendendo Paiva de Andrade, ameaçando conquistar a Beira e amotinando contra os Portugueses todos os guerreiros africanos com quem podiam falar» (Ramos, 1998: 121).

Afinal, não tinham sido eles os responsáveis pela não efetivação do acordo e nada tinham a ver com a conjuntura interna portuguesa e o desejo dos progressistas no sentido de apearem Hintze Ribeiro da cadeira do Poder.

### 3. O Tratado Luso-Britânico de 11 de Junho de 1891

O enfoque do artigo na problemática nas relações entre Portugal e a Inglaterra não possibilita a devida valorização de uma outra potência importante na conjuntura de então, a Alemanha, que também desenhou o seu mapa cor-de-rosa.

Um esquecimento bem lembrado, pois a Alemanha «serviu de mediano» (Ramos, 1998: 121) para a assinatura do tratado de 11 de junho de 1891, tal como a França e a Rússia também exerceram pressões nesse sentido.

No entanto, convirá dizer que a Alemanha não estava apenas interessada na questão colonial, uma vez que, antes do tratado luso-britânico de 1891, o *Auswärtiges Amt* tinha equacionado a possibilidade de a Espanha intervir em Portugal ou para retomar a União Ibérica,

interrompida em 1 de dezembro de 1640, ou para apoiar o rei na manutenção da forma de governo, uma vez que a instauração da República poderia acarretar mais facilidades no relacionamento económico de Portugal com a França, a pátria das luzes e das ideias republicanas.

Essa intervenção foi considerada contraproducente pelo chanceler Caprivi, mas isso não significa que Berlim não mantivesse Portugal e o seu Império sobre escrutínio e, como tal, acompanhasse em permanência as relações luso-britânicas.

Portugal queria resolver de vez a questão do Ultimatum e o ministro Barbosa do Bocage deu instruções a Luís Pinto de Soveral «no sentido de encontrar plataformas que evitassem uma nova rejeição do texto por parte das duas câmaras» (Serrão, 1995: 39) e o consequente descrédito internacional do país.

Fernando Rosas (2000: 45) considera que o novo tratado «deixava a Portugal vastos territórios em Angola e Moçambique, todos eles só muito débil e perifericamente ocupados e explorados administrativa, militar ou economicamente».

De facto, com este tratado Portugal mantinha Angola na totalidade, embora fosse obrigado a fazer concessões no que concerne a Moçambique porque era obrigado a «facilitar, através da provincia de Moçambique, e a partir da Baía da Beira, as comunicações entre o Indico e as colónias do hinterland, vizinhas da nossa, e sob a esfera de influência britânica».

A concessão dessas facilidades levou Oliveira Martins (1953: 200) a classificar Moçambique como «uma casa aberta a que se tiraram as portas».

Numa perspetiva comparativa, Ramos (1998: 121) não tem dúvidas de que o novo acordo «era reconhecidamente pior do que o de 20 de agosto».

Como se constata, as opiniões de Ramos e de Fernando Rosas divergiam, embora o sentido negativo prevalecesse. Um sentido presente em vários outros analistas portugueses.

Não admira, por isso, que o antigo Ministro Mariano de Carvalho tivesse sido muito cáustico, ao ponto de considerar Portugal como um país «em tudo meridional» porque se tinha enchido «de fúria contra o tratado luso-britânico Hintze-Barjona», mas tinha recebido «resignado o tratado Bocage-Soveral que só tinha a vantagem de ser pior que o anterior» (Serrão, 1995: 40).

26 O novo tratado desagradou ao Kaiser Guilherme III até porque, numa conjuntura marcada por cláusulas secretas, tinha sido informado de que o tratado dava preferência à Inglaterra sobre o sul do Zambeze, situação que levou a um protesto alemão junto da Inglaterra e à aneção alemã do território de Kionga, mais uma prova de que o direito histórico nada podia face à força dos argumentos militares.

Para a Alemanha, era chegado o tempo de colocar em prática o plano que lhe permitisse apoderar-se de vastas áreas ainda detidas por Portugal. Uma estratégia que procurou dispensar o esforço de guerra. Daí o acordo anglo-alemão de 1898.

#### 4. O Acordo Anglo-Alemão de 30 de Agosto de 1898

Com o país a atravessar mais uma das habituais dificuldades económicas era necessário a contração de um novo empréstimo externo. Então, Portugal, através do marquês de Soveral, e a Inglaterra, representada por Chamberlain, negociaram a concessão de «um empréstimo direto a Portugal (sem lançamento no *stock of exchange*) que implicava a garantia, por parte da Inglaterra, da defesa de Portugal contra ataques externos nas suas colónias, com reserva de opção, caso Portugal quisesse alienar qualquer território» (Guevara, 2006: 223).

Tratava-se de uma espécie de penhora ou de venda por antecipação, na perspetiva inglesa que, por isso, foi aumentando as exigências para libertar os oitos milhões de libras, designadamente o direito a dar consentimento a qualquer concessão sobre Lourenço Marques e que o porto, onde seriam investidos dois milhões de libras, fosse controlado por uma companhia luso-britânica.

Porém, Berlim protestou e o rei deu por terminadas as negociações, embora tivesse sido obrigado a ameaçar Soveral de que o demitiria do cargo em Londres se não cumprisse as ordens recebidas.

No entanto, Portugal também não satisfez a vontade do Kaiser, pois não aceitou fazer um acordo colonial com a Alemanha.

Nessa altura, a Inglaterra e a Alemanha resolveram que era chegado o tempo de decidirem as respetivas zonas de influência no Império português. Uma situação bem mais do agrado de Berlim do que de Londres, pois a Inglaterra sabia que a nível europeu estava isolada e temia uma maior influência alemã em África.

Por isso celebraram um acordo sendo que para Bülow o acordo «tinha sobretudo um valor político», uma vez que «o Império Alemão tinha visto reconhecido o seu papel de *fiel da balança*» (Guevara, 2006: 202).

Nessa data a Inglaterra e a Alemanha assinaram três documentos:

1. uma convenção sobre o possível pedido de empréstimo feito por Portugal, que teria de ser comum e assente nos rendimentos das alfândegas de Angola, Moçambique e Timor;
2. uma convenção secreta para a hipótese de Portugal não poder manter as suas colónias africanas ao Sul do Equador e a ilha de Timor. Uma convenção secreta com cinco artigos, sendo que o terceiro já considerava a hipótese de as colónias portuguesas passarem para a Alemanha e para a Inglaterra, havendo igualdade de tratamento para os súbditos das duas nações;
3. uma nota secreta sobre concessões nas esferas de influência. Nota que, à primeira vista, beneficiava a Alemanha, uma vez que a Inglaterra já gozava de preferência a Sul do Zambeze. No entanto, uma leitura mais atenta aponta para o benefício inglês, pois a Inglaterra conseguiu que os alemães não apoiassem os Boers e o Transval, ou seja, a Alemanha foi mantida à distância da África do Sul.

Este acordo, para além de colocar muitas reticências em relação ao valor prático dos tratados celebrados entre Portugal e a Inglaterra, evidencia a desconfiança existente entre os dois países mais industrializados da Europa e não deixa dúvidas sobre a imagem que esses países tinham relativamente a Portugal. Daí darem como adquirida a impossibilidade de Portugal saldar o empréstimo e, como tal, não demorar a ver-se desapossado das suas colónias.

Porém, Portugal conseguiu adiar essa certeza e tentou outro financiador a França, sendo que tal desiderato não viria a materializar-se por influência germânica, tendo a solução acabado por passar por empréstimos de menor monta contraídos junto de casas bancárias belgas e francesas.

No entanto, este desfecho não levou a Alemanha a desistir de forçar a divisão das colónias portuguesas. Guevara (2006: 351) identificou cinco meios de intervenção para o efeito, sendo que uma dela era a «continuação da *entente* financeira com os credores franceses da dívida externa portuguesa».

28 De referir que a estratégia alemã acabava por não respeitar o acordo celebrado com a Inglaterra, uma vez que «[a] Alemanha estava interessada em estender a sua influência ao caminho de ferro de Am-baca» e apoiava «de forma direta ou indireta, os capitalistas que negociavam com o Governo português, a fim de obter uma concessão para construir um caminho de ferro até à Baía dos Tigres», para «dar aos Boers uma saída pelo Atlântico, caso a Baía de Lourenço Marques fosse vedada a estes» (Guevara, 2006: 351), uma clara afronta aos interesses ingleses na região.

Esta circunstância talvez tenha sido pertinente para que Portugal e a Inglaterra viessem a celebrar longe de olhares estranhos um novo Tratado de Windsor.

##### 5. O Tratado de Windsor: Declaração Secreta Luso-Britânica de 14 de Outubro de 1899

Como é sabido, Portugal e a Inglaterra tinham assinado, no século XIV, o Tratado de Windsor. Logicamente, a Declaração secreta luso-britânica de 14 de outubro de 1899, apesar de também ser conhecida como Tratado de Windsor, é um documento muito posterior.

Documento secreto porque os dois signatários consideravam que tudo tinha sido feito às escondidas dos alemães, uma posição que estes não desmentiram, apesar de, afinal, estarem por dentro do processo, ao contrário daquilo que defendiam investigadores como William Langer e Johannes Wüd, embora haja outros investigadores que consideram que a Alemanha sabia desse acordo secreto, mas não lhe atribuiu grande significado.

Guevara (2006: 358) desmonta essa pretensa ignorância por estar «em crassa contradição com a documentação alemã de arquivo».

Mas qual era o real conteúdo da declaração secreta luso-britânica? Tão só a garantia inglesa da manutenção da integridade dos territórios portugueses, tanto da Metrópole como das possessões ultramarinas.

Por isso quando o representante alemão em Lisboa, Tattenbach, informou o Governo português que uma esquadra alemã com 3.850 homens e 8 couraçados ancoraria no Tejo no dia 12 de maio de 1899, a Inglaterra fez chegar a Lisboa uma esquadra dois dias antes.

Este acordo viria a ser confirmado em 16 de novembro de 1904, quando foi «assinado em Windsor um novo Tratado luso-britânico em que se reitera a Aliança»<sup>10</sup>.

## 6. Revisão com Caráter Provisório do Acordo de 1898 em 20 de Outubro de 1913

Como é sabido, em 5 de outubro de 1910, Portugal mudou de forma de governo com a instauração da República. Entretanto, a Europa aguardava o fósforo que acendesse o rasilho daquela que seria a Primeira Guerra Mundial, assim designada mais por força dos efeitos do que pelas motivações ou interesses.

Nessa conjuntura e pese embora todos os tratados e alianças anteriormente referidos, a Alemanha e a Inglaterra voltaram a dividir secretamente o Império Português através da revisão do Acordo anglo-alemão de 30 de agosto de 1898. Nessa revisão, de acordo com Serra (1996: 44), «as concessões britânicas ao Reich eram fixadas de forma ainda mais lata». No entanto, ainda segundo o mesmo autor, essa revisão não foi consumada «não apenas devido à ação diplomática portuguesa em Londres, mas fundamentalmente pelo facto de o Governo alemão não ter concordado com a exigência inglesa de lhe dar publicidade».

Uma situação estranha porque, afinal, parecia que conviria mais à Inglaterra do que à Alemanha a manutenção do sigilo negocial. Afinal, em causa estava um aliado inglês de longa data e a mudança de forma de governo, apesar de ter demorado quase um ano a ser reconhecida pela Inglaterra, não tinha sido obstáculo suficiente para que, em 21 de outubro de 1911, tivesse merecido aprovação luso-britânica a demarcação das respetivas fronteiras na África Oriental, ao Norte e Sul do Zambeze.

Tempo de incertezas. Mesmo para a grande potência colonial que, depois de ter evitado compromissos com outras potências, viu nas «disputas coloniais com a França no Norte de África e com a Rússia na Ásia», boas razões para «um entendimento com a Alemanha» até ao

10. Cf. <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/31-relacoes-diplomaticas/460-reino-unido-observacoes.html>. Pesquisa feita em 26 de abril de 2014.

30 momento em que esta iniciou uma corrida aos armamentos navais e se tornou «um competidor perigoso» (Ramos, 2011: 82).

Incertezas que explicam o caráter episódico ou a curta duração de muitos dos acordos elencados neste ensaio.

### Conclusão

Desde a Conferência de Berlim que Portugal se viu entre a pressão alemã, que procurava a expansão em África, e o abraço inglês, demasiado apertado para resultar de uma situação de amizade, ainda que antiga.

Um abraço exige dois braços de cada um dos lados. No caso das relações luso-britânicas os braços ingleses apertavam ou afrouxavam consoante os interesses de sua Majestade, dando razão a Lord Palmerston.

Numa conjuntura em que os interesses dos maiores grupos económicos e financeiros se faziam sentir ao mais alto nível do Poder, ao ponto de um financeiro, o conde de Burnay, ter ido a Berlim para ser recebido no *Auswärtiges Amt*, Portugal sabia que as suas colónias corriam um risco efetivo.

Daí não um, mas dois ultimatoss: o inglês de 1890 e o alemão de 1899, ainda que, nesse caso, a presença da esquadra inglesa no estuário do Tejo servisse de elemento dissuasor.

Foi como forma de garantir a manutenção do Império que Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial, ciente da necessidade da «defesa das nossas colónias de África contra o golpe de mão alemão» (MNE, 1977: 16). Uma manutenção que exigiu não apenas a defesa militar das colónias mas também a participação nos cenários de guerra na Europa.

Um esforço que viria a custar muitas vidas a lista de 1937 dava conta de 2.089 mortos e 291 desaparecidos só em França<sup>11</sup>, mas que permitiria a alguns sobreviventes do CEP desfilarem em Paris e a Por-

---

11. Valores retirados do sítio [http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=342864&fview=e](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=342864&fview=e). Como é sabido, Afonso Costa apresentou números muito fantasiosos em Versalhes 273.547 mortos na metrópole e nas colónias na tentativa de fazer subir o valor da indemnização a pagar pela Alemanha para 8.500 milhões de marcos-ouro. Não havendo um número exato, parece aceitável que o número de vítimas portuguesas tenha ficado entre as 10.000 e as 15.000.

tugal sentar-se do lado dos vencedores nas negociações dos tratados dos arredores da capital de França.

Em Versalhes, mais do que os cerca de mil milhões de marcos-ouro que a Alemanha foi condenada a pagar a Portugal, a principal indemnização de guerra passaria pela manutenção do Império Colonial Português.

## Bibliografia

- Alexandre, V. (1998). Nação e Império . In: F. Bethencourt & K. Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 90-142.
- Caetano, M. (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Da Liberdade dos Mares às Nações Unidas. Lisboa: Ática.
- Freudenthal, A. (2001). Voz de Angola em Tempo de Ultimato . *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 23, nº 1, pp. 135-169.
- Garcia, F. (2001). *Análise Global de Uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Tese de doutoramento em História na Universidade Portucalense.
- Gueyara, G. (2006). *As Relações Entre Portugal e a Alemanha em Torno da África Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Martins, J. O. (1953). *Portugal em África*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MNE [Ministério dos Negócios Estrangeiros] (1977). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomo I. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Patrício, M. (2013). Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Luso-Britânico de 1891 Ensaio de História Diplomática . *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, ano 2, nº 10, pp. 11371-11413.
- Ramos, R. (1998). A Segunda Fundação (1890-1926) . In: J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2011). Aparências e Realidades. Os Republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial . In: F.R. Meneses & P.A. Oliveira (eds.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta da China, pp. 81-109.
- Rodrigues, A. (coord.) (2000). *História de Portugal em Datas*. 3ª ed. Lisboa: Temas & Debates.
- Rosas, F. (2000). Depois do Fim do «Império» . *Europa: Novas Fronteiras*, nº 8, pp. 45-53.

José Filipe Pinto

- 32 Serra, J. (1996). Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: A Instabilidade Permanente .  
In: A. Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 13-84.
- Serrão, J. (1995). *História de Portugal. Volume X (1890-1910) A Queda da Monarquia*. Lisboa: Verbo.
- Teixeira, N.S. (1987). Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890: O Ultimatum Inglês . *Análise Social*, vol. XXIII, nº 98, pp. 687-719.